

RESEÑAS DE LIBROS Y REVISTAS

GOHN, María da Gloria Marcondes. (2008):
Novas teorías dos movimentos sociais,
São Paulo: Edições Loyola, p. 166.

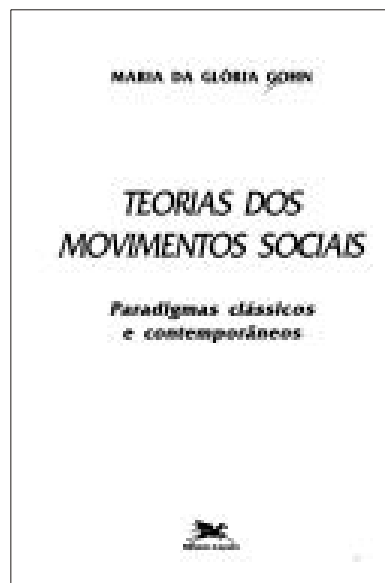
A obra a qual nos propomos resenhar dá sequência ao livro intitulado “Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos” publicado em 1997 pelas Edições Loyola e que foi fruto do Pós-Doutorado da professora Maria da Glória Marcondes Gohn realizado na New School University, nos Estados Unidos, em 1996.

Em “Novas teorias dos movimentos sociais” Gohn, ao mapear as teorias que surgiram dez anos depois da publicação do livro anterior, observou que, atualmente, existem muitas ações coletivas que não são movimentos sociais, mas que são analisadas por várias teorias contemporâneas. Segundo a autora esse fato se deu porque a realidade se modificou e com isso surgiram novos sujeitos sociais, novas formas de ação social, novas categorias de análise e ampliação das teorias existentes.

Neste texto, Gohn tem por objetivo “mapear as teorias atuais e alguns dos teóricos assinalados, localizando seu surgimento histórico, e apresentar as questões centrais destas abordagens nos últimos anos em relação ao tema dos movimentos sociais, com destaque para a América Latina.

A autora discute as teorias de ação social e como as diferentes correntes teórico-metodológicas analisam as ações coletivas para depois focar na teoria dos movimentos sociais. Além disso, analisa as novas teorias contemporâneas à luz das teorias clássicas. Gohn elucida quatro pontos fundamentais para entender os movimentos sociais em realidades como a do Brasil. São eles: 1- “a necessidade de qualificação do tipo de ação que tem sido caracterizado como movimento social; 2- as relações desenvolvidas entre os diferentes sujeitos sociopolíticos presentes no cenário público atual; 3- as alterações do papel do Estado em suas relações com a sociedade civil e em seu projeto interior e; 4- discutir as lacunas que permaneceram na produção acadêmica a respeito dos movimentos sociais”.

Entre as lacunas, a autora cita sete. São elas: 1- “o conceito de movimento social; 2- o que os qualifica como novos 3- o que os distingue de outras ações coletivas ou de



algumas organizações sociais como as ONGs, 4- o que ocorre de fato quando uma ação coletiva expressa num movimento social se institucionaliza, 5- qual o papel dos movimentos sociais neste novo século; 6- como podemos diferenciar um movimento social criado a partir da sociedade civil, por lideranças e mandatários, de ações civis organizadas ao redor de projetos de mobilização social e que também se autodenominam movimentos e, 7- quais as teorias que realmente têm sido construídas para explicá-los”.

Gohn prioriza a análise das teorias dos movimentos sociais. Por movimento social a autora entende que [...] é sempre expressão de uma ação coletiva e decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que ao se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.

O livro possui três partes organizadas em seis capítulos. A primeira parte está dividida em quatro capítulos e Gohn aborda as teorias dos movimentos sociais. No primeiro capítulo, a autora faz um histórico das teorias clássicas das ações coletivas e localiza o lugar do conceito movimento social naquelas teorias. Aponta que foi Lorenz Von Stein, em 1842, o primeiro autor a utilizar o termo “movimento social”, pois sentiu a necessidade de uma ciência da sociedade para estudar o socialismo emergente na França. Além dele, cita as contribuições de outros autores franceses do final do século XIX tais como Taine (1887), Tarde (1898) e Le Bon (1895). Na Europa do século XX a autora ressalta as contribuições de Max Weber, Blumer, Heberle, Turner e Killiam. Entre outros.

No segundo capítulo, Gohn apresenta as principais correntes teóricas dos movimentos sociais que são: a histórico-estrutural que se baseia nas abordagens de Marx, Gramsci, Lefevre, Rosa de Luxemburgo, Trotsky, Lênin, Mao Tse Tung; a culturalista-identitária que se baseia no idealismo kantiano, o romantismo rousseauiano, as teorias utópicas e libertárias do século XIX, o individualismo nietzschiano, a abordagem fenomenológica e as teorias da sociologia weberiana, a escola de Frankfurt e a teoria crítica de uma forma geral além de Hegel, Foucault, Habermas, Bobbio, Arendt, Giddens, Bourdieu, Touraine, Melucci. Essa corrente era formada por sujeitos e temáticas que até então não tinham visibilidade como as mulheres, jovens, índios e negros; e a institucional/organizacional/comportamentalista que se desenvolveu nos Estados Unidos, mas tem adeptos na Europa, principalmente na Inglaterra. Essa corrente busca suporte nas teorias liberais dos séculos XVII e XVIII e tem como ícones Adam Smith, John Lock, J.S. Mill, entre outros. Neste capítulo a autora ainda especifica como ocorreu a construção das teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais.

No terceiro capítulo, Gohn analisa as novas teorias sociais contemporâneas sobre os movimentos sociais e responde a seguinte pergunta: O que está em questão nas

teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais? Ressalta que as categorias de análise sofrem alterações e que deixa de ter o sentido atribuído por Bourdieu como um “[...] conjunto de relações sociais importantes nas sociedades não-capitalistas -, já que para ele, no capitalismo, o importante é o capital econômico aliado ao capital cultural e não mais ao capital social – uma categoria mais ligada ao status social” (p. 45). A autora chama a atenção do leitor apontando que muitos pesquisadores utilizam a categoria redes sociais no lugar de movimentos sociais. Discorre sobre as novas categorias analisadas tais como: território, classe social, raça, etnia, inclusão social, mobilização social, justiça social, entre outras. Também destaca as contribuições dadas por autores como Laclau, Honneth, Souza Santos.

No quarto capítulo Gohn localiza as novas abordagens dos movimentos sociais na América Latina. Ressalta que este novo milênio apresenta uma conjuntura social e política contraditória nesses países. No que se refere ao Brasil, a autora apresenta que a fragilidade dos movimentos sociais se deve pela perda de “[...] força política como agentes autônomos porque se transformaram em meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, práticas que são forma de controle e regulação da população.” Neste sentido, a autora cita as contribuições de Christian Adel Mirza, Rafael Sandoval Alvarez e Vandenberghe. Aponta que as categorias “mobilização social” e “desigualdade social” passam a ser analisadas na América Latina neste milênio.

Na segunda parte do livro que compõe o quinto capítulo, Gohn destaca a obra do sociólogo francês Alain Touraine. Faz uma análise crítica da contribuição que esse autor deu para a produção do conhecimento na sociologia urbana destacando o papel dos sujeitos coletivos nos processos de sociabilidade, participação e mudança social. Pauta-se nos movimentos sociais e na questão da multiculturalidade nos conflitos urbanos contemporâneos. A autora analisa a produção de Touraine a partir dos anos 1960, como ele construiu a idéia de sujeito e o papel deste sujeito nos movimentos sociais. Além disso, descreve como Touraine aborda a problemática “[...] dos direitos culturais, valores morais e categorias de pertencimento (etnia, raça, religião, territorialidade e grupos etários) na produção dos conflitos sociais na sociedade civil, especialmente nas grandes cidades, na luta por políticas sociais que complementem a questão da multiculturalidade.” Os pontos analisados por Gohn na obra de Alain Touraine são: o paradigma teórico, a trajetória da construção do conceito de movimento social e como ele os vê na atualidade, o sujeito coletivo, a questão da multiculturalidade, a cidade e os direitos culturais.

Gohn inicia a terceira parte que corresponde ao sexto capítulo do livro apontando três formatos organizativos dos movimentos sociais. O primeiro são os movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, sociais e culturais. O segundo são os movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, na cidade e no campo, e que buscam “acesso e condições para a terra, moradia, alimentação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário.” O terceiro são os movimentos que atuam em redes sociopolíticas e culturais, por meio de fóruns, plenárias, colegiados, conselhos, entre outros. Entre os movimentos identitários a autora destaca um específico, o das

mulheres, dada a importância dos movimentos feministas. Ressalta a origem desses movimentos e a marcha das mulheres no século XXI.

O livro merece destaque à medida que a autora busca elucidar quais são, neste milênio, as novas teorias dos movimentos sociais e as novas categorias de análise. Para isso, debruçou-se em uma pesquisa minuciosa e nos ofertou com muito mérito os resultados alcançados. Além disso, a autora nos brinda com a análise que faz da obra do sociólogo francês Alain Touraine. É importante destacar que há muitos anos ele é responsável pela formação de jovens pesquisadores que buscam analisar as ações e manifestações da sociedade civil, especialmente as ocorridas no meio urbano.

E as mulheres? Estas ainda “invisíveis” na sociedade atual são apontadas por Gohn com muita visibilidade pelas lutas que travaram desde o século XVIII até a atualidade. A autora menciona nomes de mulheres do Brasil e do mundo que buscaram e buscam incluir tal categoria na sociedade com o objetivo de fortalecer a identidade feminina. Cita uma frase da inesquecível Beth Lobo que diz “Frequentemente as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares eram de fato, atrizes.” Em seu texto final Maria da Glória não ignorou essas atrizes, mas as iluminou de maneira muito especial.

Ligia de Carvalho Abões Vercelli

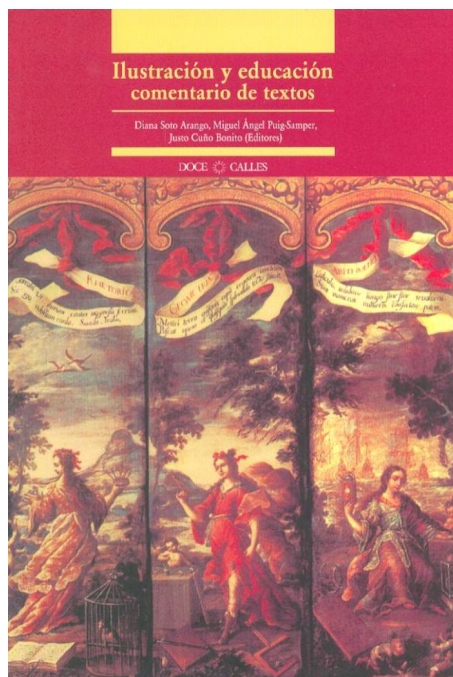
*Universidade Nove de Julho
Brasil*

SOTO ARANGO Diana, **PUIG SAMPER** Miguel Ángel, **CUÑO BONITO** Justo (Editores). (2009): *Ilustración y Educación. Comentario de Textos*, Tunja, Editorial Doce Calles, p. 251, ISBN 978-958-44-4977-1

El Bicentenario del inicio en Hispanoamérica de los procesos de emancipación proporciona el marco natural al libro reseñado en estas páginas, el cuarto volumen de la Colección “Ilustración en América Colonial”, a cargo de la Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia y RUDECOLOMBIA. La publicación de esta compilación de investigaciones contribuye a releer el papel histórico que juega en nuestro continente el pensamiento de la Ilustración desde sus diferentes elaboraciones. Recordemos que existió una formulación española de las ideas ilustradas, al interior de una corte monárquica favorable al despotismo ilustrado y de una pequeña burguesía deseosa de expansión. Esta corriente encuentra un ámbito receptivo en las colonias, donde sectores urbanos, criollos e inconformes buscan romper el cerco del monopolio económico de la monarquía y se sienten atraídos por los principios de soberanía popular y la filosofía ligada al racionalismo.

En esta perspectiva, el interés por la lectura del libro se acrecienta cuando su objetivo apunta a perfilar figuras de la Ilustración europea y americana - Locke, Rousseau, Guillermo de Ockham a través de la narrativa de Umberto Eco, Simón Rodríguez, Pedro Rodríguez de Campomanes, Pedro Fermín de Vargas, José Fernández Madrid, Eugenio Espejo, Francisco José de Caldas, Camilo Torres, Juan Eloy Valenzuela Mantilla, Antonio Nariño, Benito Riba - desde una selección de documentos que permiten estudiar visiones y proyectos de cualificación humana mediante la educación, en épocas de intensas luchas de poder en Europa y de tentativas americanas por construir su prosperidad al interior de un nuevo tipo de relación con España.

El libro está formado por la compilación de trece trabajos sobre el tema central, escritos por Luis Evelio Álvarez Jaramillo, María Teresa Álvarez Hoyos, Myriam Báez Osorio, Jorge E. Benavides, Néstor Cardoso Erlam, Justo Cuño Bonito, Antonio E. de Pedro Robles, Norman Estupiñán Quiñones, Bárbara García, Jairo Solano Alonso, Diana Soto Arango, Jorge Tomás Uribe, María Cristina Vera de Flachs y Celina Lértora Mendoza. En la Introducción de la obra, los autores previenen con mucho acierto sobre la frecuente confusión de causa y efecto que ha conducido a sacralizar el papel de la Ilustración como “causa originaria de independencia”, en circunstancias que su influencia en la



sociedad americana se construye a través de un proceso que combina paulatinamente principios del antiguo y nuevo orden siguiendo su propia idiosincrasia.

Efectuar la recensión de una obra colectiva es sin duda una tarea compleja, por cuanto cada colaborador escribe desde su particular enfoque, y el resultado del conjunto puede resultar de calidad dispar en algunos momentos. La técnica discursiva escogida es el comentario de textos, no en su aporte metodológico habitual de tipo histórico-educativo, sino más bien como la construcción del contexto sociopolítico de los documentos de pensadores ilustrados que alojan componentes de reforma educativa de interés para el afianzamiento del progreso de los pueblos en América colonial y la República temprana. Con esta finalidad, cada trabajo incluye datos biográficos del ilustrado en estudio, e incorpora anexos de mucho interés: glosario, cronología, fuentes y bibliografía. No obstante, en algún caso se percibe cierto esquematismo derivado de una imagen cristalizada de la figura seleccionada. Por otra parte, el difícil ejercicio semiótico de examinar una novela como documento de análisis histórico aparece aquí algo forzado. En cuanto al tejido discursivo de la obra, si bien todos los trabajos incluidos intentan manejar los *sentidos* que se van gestando desde los textos analizados, la linealidad descriptiva es un riesgo debido al imperativo de sintetizar un amplísimo universo de información.

Estos rasgos no atenúan la importancia de una obra de indudable valor para reexaminar a ilustrados europeos cuyo pensamiento crítico buscaba mejorar la calidad del ser humano a través de la educación, así como también para un estudio en profundidad de los contenidos impulsados en igual sentido desde la doble identidad de las élites criollas ilustradas: el origen cultural europeo de estas élites, con marcada presencia de la Ilustración francesa, inglesa y española, y el alejamiento geográfico de Europa. Durante un período en que aún gravitan fuertemente la tradición y las costumbres, y el mercantilismo reina sin contrapeso, si bien la soberanía del pueblo aparece como un ideal a alcanzar, los mecanismos para lograrlo no llegan a desligarse del ejercicio del despotismo ilustrado. La doble identidad mencionada hará que los ilustrados americanos movilicen un proyecto de progreso siguiendo al liberalismo clásico: su reforma encuentra en la educación pública el fundamental instrumento de avance y perfeccionamiento humano. "Ilustrar al pueblo" es el medio para formar al nuevo ciudadano en la racionalidad de las ciencias de carácter experimental y del trabajo práctico socialmente útil, sometido a un conocimiento y reglas especializadas, sin descuidar el sustento de la moral cristiana.

Un valor agregado de la publicación reside en que sus autores integran los grupos de investigación *Historia y Prospectiva de la Universidad Latinoamericana* –HISULA– e *Ilustración en América Colonial* –ILAC–, cuya sostenida y rigurosa labor ha sido validada por una amplia acogida en el ámbito académico internacional.

María Cristina Cárdenas Reyes
Universidad de Cuenca,
Ecuador

BENTO, Fábio Régio. (2010): *Maquiavel pré-sociólogo e outros ensaios*. Jundiaí, SP, Editora Paco Editorial, 1º edição.

Muitas opiniões podem ser despertadas no leitor ao ler o livro *Maquiavel pré-sociólogo*, do professor Dr. Fábio Régio Bento. Opiniões que variam entre a concordância de suas idéias e a divergência de visões podem passar pelas cabeças de seu público. Lançado este ano pelo Paco Editorial, o livro na verdade é uma coletânea de cinco ensaios escritos pelo doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade San Tommaso, e busca de forma bastante acessível expor sobre diversos assuntos relacionados à sociologia acadêmica, desde a geral até as específicas, como é o caso da sociologia no direito.

Sua obra começa com o Ensaio *Maquiavel e Durkheim – alguns pontos em comum entre o príncipe e as regras do método sociológico* (capítulo no qual dá nome ao livro), analisando as semelhanças e diferenças entre o repertório teórico de Maquiavel e a teoria positivista do francês Émile Durkheim, considerado o pai da sociologia acadêmica, no que se refere à análise dos fenômenos sociais. Fábio consegue de modo rápido e direto desconstruir a imagem do autor de O Príncipe como o teórico da baixa moral da vida política e do autoritarismo. Como o próprio professor escreveu:

*Maquiavel não recomendou maldades, expressão que representa ações humanas indesejadas, mas prováveis. Ele descreveu maldades reais praticadas na política (...). Crueldades ‘maquiavélicas’ foram recomendadas (e encomendadas) por tiranos, e não por Maquiavel (...)*¹

Ao longo do ensaio, fica bastante clara a explicação de Fábio Bento sobre o conceito por detrás da idéia difundida por séculos no mundo. Em nenhum momento Maquiavel propôs a condução de uma amoralidade como a prática que o político deve seguir, mas apenas descreveu a realidade do mundo, isto é, desmistificou um padrão de comportamento dos donos do poder em uma conjuntura pré-revolução burguesa e do advento da democracia.



¹ BENTO, Fábio Régio. (2010): *Maquiavel pré-sociólogo e outros ensaios*. Jundiaí, SP, Editora Paco Editorial, 1º edição, p 14.

² BENTO, Fábio Régio, op.cit.

É aí que mora a semelhança teórica do italiano com Émile Durkheim. O segundo, no século XIX, estabeleceu os métodos de análise e estudo sociológicos usando de elementos, como o realismo metodológico (descritivo), que o primeiro já fazia uso séculos antes. Por isso o autor nos apresenta um Maquiavel como precursor da sociologia política, ao apontar que “Maquiavel estuda as relações de poder entre o vértice (príncipes) e a base (súditos)”²

Mas o livro não se resume a esta polêmica. Vários assuntos são abordados, como a questão do papel do positivismo no direito e a concepção legalista do mesmo. Com uma linguagem até mesmo um pouco didática, Fábio explica o papel do direito enquanto ciência ao expor que “o direito é a ciência social dos conflitos e das soluções normativas aptas a resolver tais conflitos de interesses entre as partes (...)”³

Mas o que mais chama a atenção ao livro é a recusa do autor em considerar o marxismo, chamado por ele de maximalista, como um projeto de construção de uma nova sociedade. Usando de argumentos sérios e de um conhecimento bastante profundo na teoria de Marx, ele coloca a proposta revolucionária de luta de classes como incapaz de continuar as transformações políticas e sociais iniciadas durante a Revolução Francesa.

Como alternativa Fábio apresenta a adoção de uma orientação política de cunho reformista, proposto por Eduard Bernstein (1850-1932) e que se tornou ao longo dos anos um fenômeno bastante característico nos movimentos sociais (sindical, etc.) e em organizações políticas ditas de esquerda atingidas pelo vendaval oportunista no final do século XX.

É aqui que o autor expõe a sua profunda rejeição a concepção política marxista e na proposta de revolução socialista. Mas mesmo divergindo em algumas opiniões, a obra de Fábio Bento transforma-se em uma interessante análise da sociologia acadêmica. Lê-la poderá clarear muitas zonas obscuras que normalmente encontramos em muitos cursos universitários pelo Brasil, ao ponto que o livro pode se tornar em um importante instrumento argumentativo a ser usado na sala de aula.

Cássio Diniz

*Universidade Nove de Julho - PPGE/Uninove
Brasil*

² BENTO, Fábio Régio, op.cit.

³ Ibidem.

KONDER, Leandro. (2010): *Em torno de Marx, reflexões marxianas de Leandro Konder*, Brasil, Boitempo, p. 136.

Publicado pela editora brasileira Boitempo, em sua Coleção Marxismo e Literatura, o livro *Em torno de Marx*, de Leandro Konder, é uma excelente oportunidade dos educadores e pesquisadores educacionais latino-americanos, particularmente, os que se dedicam a investigações no campo da história da educação revisitarem o legado Karl Marx na construção do escopo teórico de suas pesquisas, estabelecendo a análise da educação do ponto de vista da teoria crítica, em reflexões sobre a cultura e seu papel transformador.

Para Leandro Konder, ao longo do último século, modificações impressionantes ocorreram. Em ritmo vertiginoso, os computadores transformaram as condições de trabalho de um número crescente de pessoas. A “indústria cultural” ganhou influência por meio da manipulação do entretenimento. Com todas essas mudanças o pensamento marxiano vem sendo submetido a uma severa revisão. Os que usam as idéias do mestre, ou simpatizam com elas, manifestam certa perplexidade. O marxismo morreu? Se ainda está vivo, onde se acham seus principais centros de elaboração teórica?

Leandro Konder se debruça sobre essa questão buscando um enfoque novo. Marx se tornou uma celebridade por suas intervenções polêmicas no campo da história, na crítica da economia política, na análise das lutas de classes e na mudança das relações de produção. Entretanto, um aspecto de sua contribuição à construção do conhecimento na cultura do Ocidente ficou subaproveitado: a dimensão filosófica.

O livro é dividido em três partes. A primeira explora os temas da moral e da religião, da história e da dialética, passando pelo da morte, sempre dialogando *em torno* de Marx. A segunda abre espaço para reflexões sobre Adorno, Marcuse, Sartre, Benjamin, Lukács e Gramsci, autores vitais da linhagem iniciada pelo filósofo alemão e que tanto influenciaram Konder. A terceira parte retoma formulações sobre o marxismo brasileiro nas primeiras décadas da República, mostrando também, como contraponto, um pouco da cara de nossa direita.

Para o autor, houve um inevitável prejuízo na avaliação do alcance de conceitos políticos, econômicos e históricos que se apoiavam em concepções teóricas – mais especificamente filosóficas – que não haviam assimilado toda a importância das ideias de Marx sobre o homem e a história. Lukacsiano desde suas primeiras produções, Leandro Konder teve papel de relevo, junto com Carlos Nelson Coutinho e José Paulo



Netto, na introdução do filósofo húngaro em nosso país. Navegando como um mestre, da filosofia à política e à crítica literária, com um texto claro e elegante, Leandro formou uma ampla geração de marxistas brasileiros. Em sua trajetória posterior, acercou-se das ricas formulações ontológicas de Gramsci e também de autores frankfurtianos como Adorno, Marcuse e Benjamin.

Os personagens da história do marxismo, que se destacaram pela qualidade de seu pensamento, são bastante conhecidos e pagaram um preço alto por sua independência. Uma recuperação da criatividade e do vigor crítico do pensamento radical de Marx depende desses teóricos ousados, pois são eles que o mantêm vivo; mas, para ser coerente com sua concepção da história, para ressurgir com toda a força no campo de batalha, o marxismo precisa encontrar nos movimentos sociais seu “exército”, seus “portadores materiais”, aos quais leva sua perspectiva revolucionária. É o encontro da ação com a teoria – aquilo que Marx chamou de *práxis*.

Numa época em que Marx, ao mesmo tempo que está *ontologicamente* atualíssimo, permanece sepulto e enterrado *epistemologicamente* por muitas escolas da *irrazão*, a publicação deste novo livro de Leandro Konder é um convite aberto para que seus leitores possam redescobrir Marx.

Carlos Bauer

*Universidade Nove de Julho
Brasil*

FONTES, Virgínia. (2010): *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história*, Brasil, EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, p. 388.

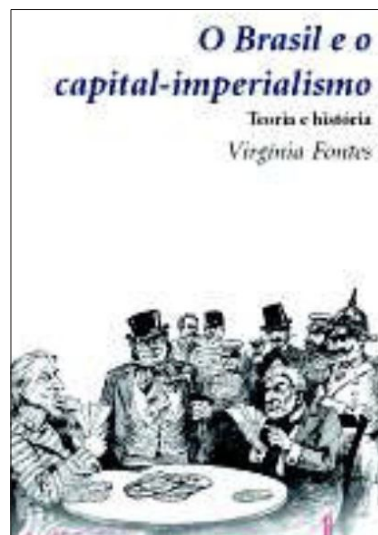
Certos assuntos são cruciais para uma reflexão dos educadores críticos e comprometidos com as transformações sociais na América Latina em nossos tempos: as formas contemporâneas do modo de produção capitalista, o sistema internacional da dominação do capital, a dinâmica da luta de classes atual, as manifestações do inconformismo e do amoldamento da classe trabalhadora, a questão da democracia.

No bojo dessas e outras temáticas, Virgínia Fontes nos apresenta uma rica reflexão na qual articula todas estas dimensões na perspectiva de uma totalidade econômico-política daquilo que denomina “capital-imperialismo”.

A originalidade deste trabalho — nas palavras de Mauro Luis Iasi, *professor-adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ, membro do conselho editorial da Editora Expressão Popular* — em que é o culminar de uma extensa pesquisa e fruto do longo amadurecer de um debate que parte das reflexões acadêmicas da autora, mas que se tempera no profícuo debate político com a militância e resistência da classe trabalhadora diante das manifestações inquietantes de “apassivamento” da rebeldia que marcou os anos 1970 e 1980 — consiste no paciente trabalho de articular as dimensões da determinação econômica próprias da essencialidade do capital e de seu irresistível processo de valorização do valor, com as diversas manifestações que passam a incidir em todo o tecido da vida social, cultural, ideológica e política da sociabilidade subsumida ao capital.

Para quem espera um mero atualizar do caráter imperialista da forma contemporânea do capital, um eterno repetir de si mesmo como fase terminal e parasitária do capitalismo, a análise de Fontes surpreende com argumentos que nos mostram que os elementos essenciais deste momento do modo de produção capitalista, tal como anunciados por Lênin em seu famoso trabalho sobre o tema, estão sim mais atuais que nunca, tais como a concentração e centralização de capitais, a fusão do capital industrial com o capital bancário formando o capital financeiro, a exportação de capitais e a subsequente partilha e repartilha constante do globo, primeiro entre os monopólios e depois entre as nações que os representam; no entanto, não basta reafirmar a máxima manifestação destes fatores, mas afirmar que, em um determinado ponto, seu desenvolvimento aponta para uma nova fase contemporânea, que seria o capital-imperialismo.

O grau de concentração e centralização, o esquadrihar do globo pelos monopólios e o ápice do processo de valorização e de conseqüente crise do capital, potencializando a formação do capital portador de juros, criou um cenário no qual a exportação de capitais



e a sua constante valorização se dão necessariamente em uma teia internacional de relações, num sistema mundial de Estados que são obrigados a pensar suas formas de dominação a partir desta internacionalização, formando o capital-imperialismo. O essencial no conceito apresentado é a possibilidade de compreender o fenômeno não apenas como uma dominação de um centro sobre uma periferia, mas como uma relação na qual é possível que a subordinação das economias de ‘capitalismo tardio’ não impeça o protagonismo de países nas diferentes frentes de valorização do capital-imperialismo.

É bom que se destaque que aquilo que se internacionaliza ainda é o modo de produção capitalista e isso é essencial, pois a autora, com qualidade teórica, sustenta sua análise da forma atual do capitalismo nos fundamentos da crítica da econômica política e na centralidade do trabalho e da lei do valor, configurando uma valiosa trincheira contra as versões que se popularizaram fundadas na afirmação de uma contemporaneidade “pós-industrial”, “pós-capitalista”, ou qualquer outra metafísica que busca obscurecer os reais fundamentos da exploração do trabalho como base real do ciclo do capital total.

Nesse sentido, Fontes recusa as saídas fáceis dos termos como “finaceirização” ou ‘globalização’, resgatando não apenas o fundamento capitalista da forma presente como o imperialismo como base para compreender as feições da dominação do capital em nossos tempos. Como já confessou o próprio Galbraith: “Globalização não é um conceito sério. Nós, americanos, a inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países”. Entretanto, o esforço da autora não se restringe a validar tais fundamentos, vai além. Ainda que as bases econômicas sejam essenciais, recupera a mais cara tradição da renovação dialética do marxismo, ou seja, a perspectiva da totalidade.

Seria aqui, talvez, a nota distintiva de originalidade do trabalho. O capital-imperialismo não é apenas uma expressão da forma atual da dominação dos monopólios e da partilha do mundo, formando áreas de exportação de capitais, mas um sistema que tem que equacionar os meios e formas de dominação e ‘consentimento’, em outras palavras, no conjunto dos meios políticos, ideológicos e culturais através dos quais a burguesia monopolista enfrenta seu antípoda – os trabalhadores –, com a intenção de subordiná-los à lógica hegemônica do capital. Assim é que não nos surpreende, ao lado de Lênin, a presença de Gramsci. Os dois pensadores marxistas buscam compreender suas formações sociais específicas no contexto de um capitalismo mundial que envolve em seu processo de desenvolvimento as nações ‘retardatárias’, assim como se defrontam com as manifestações de um “apassivamento” reformista da classe trabalhadora.

Desta forma, o fenômeno do imperialismo se mescla com o processo político de busca de estratégias de impor uma hegemonia burguesa que desarme os trabalhadores de sua necessária independência de classe no sentido de um projeto societário para além do capital. Ora, as formas econômicas e políticas da dominação da burguesia monopolista se aprofundaram e alteraram sensivelmente após a Segunda Grande Guerra, da mesma forma que o gigantismo da valorização do valor exigiu formas políticas capazes de administrar as contratendências à tendência à queda da taxa de lucro, entre elas a formação do capital portador de juros, e desarmar os trabalhadores, levando a um papel diferenciado do

Estado burguês, seja na versão clássica do pacto social-democrata, no Welfare State, seja nas ditaduras na América Latina e Ásia. No bojo das novas e necessárias formas de dominação/consentimento, a questão da democracia representativa passa a ocupar lugar central nas formas de amoldamento do proletariado aos limites da ordem do capital.

É a partir deste enquadre teórico e conceitual que a autora olha para a formação social brasileira de maneira provocativa, polêmica e, por isso mesmo, instigante. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro não pode mais ser analisado com os precários meios conceituais do ‘desenvolvimento’ ou ‘subdesenvolvimento’, ou da ‘dependência’, uma vez que tal análise acaba deformando o fenômeno imperialista como uma mera dominação ‘externa’, abrindo espaço para a concepção de uma ‘burguesia nacional’ ou estratégias de desenvolvimento capitalista fundadas no pacto social entre dominados e dominadores.

O capitalismo brasileiro não apenas fez seu percurso até o capital monopolista, concentrou e centralizou seus capitais, desenvolveu as instituições de uma sociedade civil burguesa e de um Estado burguês que completa sua transição até uma ‘democracia representativa’, como o fez integrando-se dinamicamente à ordem internacional do capital-imperialismo. Sua subalternidade incontestada diante do centro irradiador e determinante do sistema não impede — pelo contrário, impõe — um papel ativo e diferenciado daquelas formações sociais que se convertem em ‘plataformas de expansão’ do capital-imperialismo.

É evidente que a autora não nega as diferenças que marcam a subalternidade (o peso e o tamanho comparativo dos monopólios nacionais em relação aos do centro, a dimensão militar irrelevante das FFAA etc.), mas isso não pode ofuscar a percepção do peso econômico dos monopólios, sua presença no cenário internacional e mesmo seu caráter evidente de exportador de capitais não apenas no cenário latino-americano como em outras partes do globo.

O Brasil, como parte ativa do sistema do capital-imperialismo, exigia um equacionamento da luta de classes, neutralizando a pressão dos ‘de baixo’. São vistos como unidade o papel de plataforma do capital-imperialismo e o desfecho da luta de classes no Brasil em uma forma pactuada de transformismo e apassivamento da rebeldia proletária, expressa de forma didática pela trajetória que leva da contestação ao amoldamento das organizações inicialmente contra-hegemônicas, como a CUT e o PT.

Por tudo isso, o livro de Virgínia Fontes torna-se uma referência para o debate da esquerda brasileira e daqueles que não abandonaram a perspectiva de ruptura com a ordem do capital. Mais do que uma conclusão definitiva, o livro é um profícuo ponto de partida para uma análise necessária.

Celso Carvalho - Carlos Bauer
Universidade Nove de Julho
Brasil